

Necessidade de concentrar decisões

Não é tarefa fácil comentar o último discurso do presidente da República. Não porque, nele, S. Exa. tenha alcançado níveis de profundidade inacessíveis ao comum dos mortais. Pelo contrário, as mensagens que desejava transmitir são assimiladas com facilidade. O que torna difícil a tarefa é a extensão da fala, a rigor desnecessária se o objetivo era conclamar a sociedade à mobilização. Estendendo-se como se alongou, perdeu a oportunidade de transmitir uma mensagem de impacto, que no entanto existe e se diluiu no todo. A invocação final para que os brasileiros pensemos não em nós, mas nas crianças que daqui a 20 ou 30 anos irão reclamar de nós o que deixamos de fazer por elas, deveria ter sido o centro do discurso. Infelizmente, possivelmente tendo emprestado importância demasiada à crise no Conselho do Comunidade Solidária, S. Exa. sentiu-se na obrigação de prestar contas e de justificar os números lançados na coluna do Crédito com reflexões históricas, que a rigor contradizem o otimismo inicial: o Brasil não é apenas uma democracia política, *é uma sociedade democrática*. Democrática fosse a sociedade e seguramente o que preocupa o presidente da República como evidência do atraso cultural, da predominância de valores como fazer justiça pelas próprias mãos, esses motivos de preocupação não existiriam.

Haverá quem encontre na fala presidencial contradições entre as palavras e os atos. Deixemos esse problema para depois, porquanto a

prática política e social acabará por resolvê-lo. O importante é tomar o presidente pela palavra, como se costuma dizer, para depois cobrar os atos que se devem seguir.

Antes de mais nada, é preciso deixar claro que o presidente não pode fazer mais do que está programado no Orçamento — pode deixar de fazer, mas não pode fazer além do que foi votado pelo Congresso Nacional. Essa observação é importante, quando se tem em vista aquilo que S. Exa. disse a certa altura: que o governo não pode mirar o que veio errado do passado para corrigir setorialmente este ou aquele aspecto da miséria, pois, se assim proceder, apenas reproduzirá a situação que deseja reverter. Por isso, “pensar cada um desses programas isoladamente é equivocado. Pensar a economia sozinha, pensar o social sozinho, pensar a pobreza sozinha é equivocado.” E refere-se em seguida à necessidade de uma “visão estratégica”. O que pressupõe que deva haver, atendendo-se ao princípio da economia e da concentração de forças, quem seja capaz de coordenar a execução dos orçamentos dos diferentes ministérios e instituições oficiais naquilo que atendam ao objetivo fixado pela “visão estratégica”, quando não remanejar — e na democracia pode-se assim proceder — essas dotações para que ao



ONGs, na questão da criança, na questão do trabalho escravo, na questão dessas vergonhas, dessas nódoas do Brasil, que elas tenham o foco”, o presidente da República prefira programas isolados a ações concentradas. Em boa hora, anunciou-se ontem que se pretende criar o cargo de secretário-executivo da Câmara Setorial de Políticas Sociais. A frase do presidente, de qualquer forma, permite indagar que tipo de papel reserva o presidente ao Estado se emprega ONGs para realizar programas custeados com dinheiro que o Estado toma emprestado. São questões de metafísica, como disse o professor Fernando Henrique Cardoso no início de sua fala.

Com fina maldade, o chefe do Executivo criticou aqueles que teriam dito que primeiro o bolo cresce e depois se reparte. A crítica, que é de

pensamento totalizador correspondia uma ação igualmente totalizadora. Não se conseguirá fugir a esses equívocos de pensar isoladamente estes ou aqueles problemas ou setores se não se atentar para esse princípio elementar, que no caso em espécie significa concentração de poderes de decisão. Desse ponto de vista, tememos que, ao anunciar que os US\$ 150 milhões pedidos ao BID para cuidar da questão da criança, que serão empregados “para que nós possamos fazer com que essas

fundamento social, deveria coadunar-se com algumas afirmações da maior seriedade e pertinência que vêm em seguida, como, por exemplo, a de que de nada adianta pensar que se deve cuidar da economia, descurando no mesmo tempo do social, na idéia de que depois se farão programas para remediar aquilo que se deixou de realizar. O professor tem presente à armadilha teórica em que pode ter-se metido, daí dizer, mais adiante, que o desafio é articular mui-

A fala do presidente deixou clara a necessidade de um coordenador para a área social

to melhor os programas sociais e o plano econômico, não só o de estabilização com o de crescimento, “porque sem crescimento não haverá solução para nenhum desses problemas”.

A impressão que fica depois da leitura do discurso presidencial é que se está diante de uma grave questão: como fazer essa articulação — que é possível quando se tem um PIB do valor divulgado pelo IBGE, mas se sabe que os recursos públicos são mal aplicados e, como disse o presidente da República, os mais bem situados na escala social usufruem dos benefícios estatais mais que os despossuídos. Esse é desafio para o Estado, não para as ONGs — pense nisso, o chefe de Estado.